

EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO DA CRIANÇA E OBJETO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Núbia de Oliveira Santos*



Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, *Educação Infantil: construindo o presente*. Campo Grande: Editora UFMS, 2002. 200p.

O Livro *Educação Infantil: construindo o presente* é a expressão do diálogo entre os Fóruns de educação infantil existentes em várias partes do Brasil. Neste livro, várias vozes se pronunciam em favor da garantia do direito da criança como cidadã de forma efetiva. Fóruns de Educação infantil são movimentos sociais, organizados num determinado Estado, região ou município que articulam múltiplas instituições, entidades e órgãos, empenhados na ampliação e fortalecimento da educação infantil como política pública de qualidade, necessária a todas as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

O Mieib (Movimento interfóruns de educação infantil do Brasil) é a articulação entre os Fóruns de educação infantil já instituídos em diversos estados, municípios ou regiões brasileiras.

Tem desempenhado papel político essencial na medida em que promove a formação continuada dos profissionais que participam das reuniões. O Mieib reúne, hoje, 16 Fóruns de Educação Infantil nos Estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e no Distrito Federal. Articulados entre si, os fóruns estaduais e regionais definem seu próprio funcionamento, sendo compostos por uma coordenação local e tendo autonomia em relação ao Mieib.¹

Publicado em 2002, o volume composto de 200 páginas foi produzido no intuito de divulgar o resultado do diálogo e das discussões travadas entre os fóruns e orientar pessoas, instituições, órgãos e entidades interessadas em instalar fóruns de educação infantil em seu estado, região ou município e que manifestam o desejo de estarem articulados com o Mieib na luta por uma boa educação da criança pequena no Brasil.

O livro reúne textos escritos por representantes de cada fórum e trazem questões próprias de cada Estado. Apresenta discussões pertinentes à garantia dos direitos da criança como cidadã, que embora já reconhecida nos termos da lei, ainda precisa se consolidar em ações concretas no sentido de dar acesso a todas as crianças de 0 a 6 anos a uma educação infantil digna.

*Pedagoga, especialista em educação infantil. Mestranda em educação pela PUC-Rio. Professora de educação infantil do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), militante do Fórum Permanente de Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro.

¹No Rio de Janeiro, o Fórum Permanente de Educação Infantil é representado pela professora Maria Fernanda Rezen-de Nunes e se realiza toda primeira terça-feira do mês às 14:00 h, na Av. Pasteur, 458, Urca, UNI-Rio (Auditório Paulo Freire).

Pensar a educação infantil como direito constitucional pleno, necessário à todas crianças na faixa etária de 0 a 6 anos no Brasil, implica trazer para o centro do debate as questões e os desafios que norteiam a importância deste direito no âmbito das políticas públicas. É neste sentido que o livro traz uma grande contribuição, tanto para o fortalecimento e criação de políticas educacionais, quanto para a elaboração e divulgação de conhecimento na área de educação infantil que vem sendo produzido e discutido pelos Fóruns de outros estados Brasileiros.

Os artigos que compõem o livro têm o mérito de esboçar um diagnóstico da situação e organização da educação infantil no Brasil e traçar algumas metas importantes para o avanço deste segmento educacional em cada estado, região ou município. Um tema recorrente entre os autores é a formação de professores para a educação infantil, compreendida como um processo fundamentado em pressupostos científicos, históricos, políticos e sociais. Assim se pronunciam os representantes do Fórum Permanente de Educação infantil de Mato Grosso do Sul: “Destarte, o grande desafio do professor de educação infantil é garantir o movimento à riqueza do processo, mantendo o diálogo permanente. Propor situações problemas, desafios, reflexões, fazer conexões entre o conhecimento adquirido ao pretendido e ao vivido. O professor é o responsável pelo diálogo processual” (p. 55).

Fomentando o debate, representantes do fórum paulista chamam atenção especial, no tocante à formação, enfatizando que muitos professores que trabalham diretamente com crianças não completaram ainda o ensino fundamental. A questão se complica porque muitos municípios não têm condições de arcar com esta formação ampla no pouco tempo que a lei determina. No Rio de Janeiro, por exemplo, muitas educadoras de creches comunitárias, embora não tenham qualificação para trabalhar com crianças na faixa etária de 0 a 6, tomaram para si o compromisso do Estado de cuidar e educar crianças pequenas. Com a passagem das creches para o sistema de educação – anteriormente estavam vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Social – explicita-se a idéia de que creches e pré-escolas devem adotar objetivos educacionais, e, neste sentido, a formação adequada dos profissionais passa a ser um fator importante para efetivação desse direito infantil. Diante dos textos fica claro para o leitor que, embora com os avanços da lei e seu reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica, é notória a distância entre o que diz o texto legal e a garantia de sua efetivação. É nesse hiato que movimentos sociais organizados em torno à luta pelos direitos das crianças, a exemplo dos Fóruns de Educação Infantil, ganham relevância.

Dois pontos de grande importância tratados no livro são a definição de verba específica para educação infantil e a integração das instituições comunitárias e filantrópicas ao sistema municipal de ensino. No artigo escrito pelo Consultor do Unicef, Rui Aguiar, o foco é direcionado para o campo da gestão, que, segundo o autor, precisa ser discutido e olhado com atenção especial, pois a expansão da oferta pública de educação infantil não é apenas um problema de financiamento ou de vinculação de recursos. Para ele, é necessário um esforço de melhor gestão baseada num regime de colaboração entre União, estados e municípios, condicional para a viabilização da expansão do atendimento em educação infantil.

Não há dúvida de que o livro traz à tona muitos dos desafios que precisam ser enfrentados no campo da educação infantil; no entanto, no conjunto, o que se observa a partir dos textos apresentados, é que as reuniões dos fóruns espalhados pelo Brasil têm trazido resultados bastante significativos para a área, porque além de fortalecer o movimento daqueles que militam em defesa do direito da criança, têm ajudado a formular políticas essenciais para a expansão da oferta da educação infantil em seus Estados, bem como colocado em discussão critérios de qualidade a serem considerados na ampliação dessa oferta. Exemplos disto, como sinalizam os artigos, a preocupação em

se construir uma identidade pedagógica alicerçada no princípio lúdico como norteadora do trabalho com crianças pequenas, e, ainda, em buscar formas de superação das práticas assistencialistas e antecipatórias da escolaridade que, infelizmente, ainda estão vivas em muitas instituições de educação infantil brasileiras.

Num momento em que se vive a iminência da elaboração de um Plano Nacional de Educação, o presente livro, como expressão de um amplo e sólido debate social, passa a ser um documento valioso, tanto no que se refere às efetivas contribuições às políticas públicas de educação infantil, quanto pela afirmação de que a qualidade da educação passa, necessariamente, pela garantia do debate, nas diversificadas instâncias sociais.